

# O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FEDERAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NO ÂMBITO DA INSTRUMENTALIDADE PROFISSIONAL

*Data de submissão: 10/10/2024*

*Data de aceite: 01/11/2024*

### **Jodeyson Islony de Lima Sobrinho**

Universidade Federal de Sergipe - UFS  
Aracaju/SE  
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

### **Carlos Wendell Pedrosa dos Santos**

Instituto Federal de Educação da Paraíba  
- IFPB  
João Pessoa/PB  
<https://lattes.cnpq.br/2223643721561400>

### **Carolina Maria Paixão Araújo**

Ministério da Educação - MEC  
Brasília/DF  
<https://lattes.cnpq.br/5715301694905092>

### **Karolayne Ribeiro de Góes**

Instituto Federal de Educação da Paraíba  
- IFPB  
João Pessoa/PB  
<http://lattes.cnpq.br/3557817693904164>

**RESUMO:** A Assistência Estudantil se constitui como instrumento viabilizador do direito à educação superior aos estudantes em situações de vulnerabilidades socioeconômicas. Conquanto, enquanto Política Pública é permeada pelas contradições do sistema capitalista e pelas contrarreformas do Estado brasileiro.

Sendo um campo saturado de mediações, ela também é um espaço sócio-ocupacional dos/as Assistentes Sociais. Partindo, portanto dessas premissas, buscamos aqui analisar as possibilidades e os limites presentes no campo da instrumentalidade profissional do Serviço Social. Utilizamos do materialismo histórico-dialético como método de pesquisa, a partir de uma análise bibliográfica, neste campo crítico, e documental acerca da assistência estudantil federal e das atribuições e competências profissionais. Assim sendo, reforçamos a tona de que quanto mais enriquecida (na racionalidade crítico-dialética) a instrumentalidade profissional e a autonomia relativa do/a Assistente Social mais são as possibilidades de uma intervenção profissional vinculada ao projeto ético-político profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Estudantil Federal; Serviço Social; Instrumentalidade Profissional.

**SOCIAL SERVICE AND FEDERAL STUDENT ASSISTANCE: LIMITS AND POSSIBILITIES IN THE CONTEXT OF PROFESSIONAL INSTRUMENTALITY**

**ABSTRACT:** Student Assistance is

an instrument that enables the right to higher education for students in situations of socioeconomic vulnerability. However, as Public Policy it is permeated by the contradictions of the capitalist system and the counter-reforms of the Brazilian State. Being a field saturated with mediations, it is also a socio-occupational space for Social Workers. Therefore, based on these premises, we seek here to analyze the possibilities and limits present in the field of professional instrumentality in Social Work. We used historical-dialectical materialism as a research method, based on a bibliographical analysis, in this critical field, and documents about federal student assistance and professional duties and skills. Therefore, we reinforce the point that the more enriched (in critical-dialectic rationality) the professional instrumentality and relative autonomy of the Social Worker, the more are the possibilities of a professional intervention linked to the professional ethical-political project.

**KEYWORDS:** Federal Student Assistance; Social Service; Professional Instrumentality.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação, de modo geral, é marcada pelas determinações próprias da reprodução das relações sociais hegemônicas. Não diferente, o ensino superior também sofre determinações próprias desta realidade, sobretudo, quando esta vem sendo constituída sob os auspícios de uma elite dominante, que se conforma em suas modernizações conservadoras, como é a realidade brasileira. Assim sendo, o ensino superior brasileiro só deve ser entendido em suas contradições, lutas societárias e em seus projetos coletivos e de classe. Afinal, ela não é algo que funciona suspensa no ar (Mészáros, 2008).

Partindo desta premissa, no âmbito superior temos hoje a constituição de Política de Assistência Estudantil como forma primordial de garantir a permanência de pessoas em situações de vulnerabilidades diversas no ensino superior.

Assim sendo, o trajeto histórico que percorre a Assistência Estudantil nos diferentes governos na conjuntura da sociedade brasileira, que de acordo com o período e modelo de Estado, enfrentou diversas barreiras culturais e de crenças no seu processo de implantação e implementação, visto que a escolha pela política de Assistência Estudantil foi realizada em um certo momento histórico, por determinado governo, que não foi o mesmo responsável pela sua operacionalização, o qual acabou resumindo essa política ao PNAES, apenas enquanto instrumento legal de repasse dos recursos às IFES. O que configura a importância de se trabalhar com a categoria historicidade para a análise do objeto aqui em questão.

A apreensão da Assistência Estudantil, na perspectiva de proteção social, deve ser bem mais ampla, ligada ao conceito de política social redistributiva com o objetivo de repor as perdas concretas e os ganhos sociais da classe trabalhadora, decorrentes do contexto do jogo de disputa de poder inerente ao modo de produção capitalista e suas contradições, em que a totalidade se encontra no cerne das relações sociais, onde o que é solicitado pelas classes trabalhadoras não é o mesmo que o Estado tende a oferecer.

E, neste contexto, o trabalho profissional dos/as Assistentes Sociais tem um peso um tanto importante no processo de viabilização desse direito àqueles/as que necessitam. Conquanto, quando a instrumentalidade profissional é enriquecida e mediada pelas/nas dimensões e competências sustentadas no projeto ético-político da profissão, a saída será sempre uma possibilidade à mais na expansão desse direito.

Por isso, a partir da experiência profissional dos/as autores/as no âmbito do trabalho profissional na assistência estudantil federal que objetivamos trazer à tona essa discussão neste artigo, como forma de contribuir com o debate da instrumentalidade profissional relacionado ao trabalho no âmbito da assistência estudantil da rede federal de ensino superior público.

## **2 | A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: LIMITES E POSSIBILIDADES SÓCIOINSTITUCIONAIS**

As desigualdades sociais, no contexto sócio-histórico da sociedade brasileira também se refletem nas desigualdades de acesso e permanência no ensino superior da população das classes trabalhadoras. A trajetória histórica da Assistência Estudantil assemelha-se ao movimento de correlação de forças pelo qual se configurou as políticas sociais no Brasil.

Qual terá sido, afinal, a experiência pioneira, a partir da qual veio a se construir a rica trajetória da assistência estudantil no país? A leitura dos textos disponíveis sobre os caminhos traçados pelas ações de assistência aos estudantes brasileiros dá margem, de fato, a mais indagações do que certezas [...] (Andrés, 2011, p. 03).

Tem-se como marco inicial da Assistência Estudantil na trajetória histórica da educação superior brasileira o Decreto nº 19.850 de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação e o Decreto nº 19.851 de 1931, que criou o Estatuto das Universidades, tais regulamentações favoreceram o desenvolvimento das primeiras ações de Assistência Estudantil. Ainda na década de 1930, o governo cria a União Nacional dos Estudantes (UNE) e concede a Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, para a sede administrativa desta associação estudantil, tão importante na luta pela assistência estudantil no país.

Tendo como premissa tais decretos, podemos afirmar que as primeiras ações conhecidas a respeito da assistência aos estudantes de ensino superior público encontravam-se pulverizadas sob o gerenciamento individual de cada instituição e que tinham como foco a moradia, saúde e a alimentação dos/as discentes.

Eram realizadas por meio da disponibilização de residências e restaurantes universitários custeados com parte dos recursos públicos destinados às universidades e a partir de destinações provenientes de taxas pagas pelos/as próprios/as alunos/as, não contando com o reconhecimento, por parte do Governo Federal, como uma política essencial, no âmbito da educação superior, para a permanência dos/as estudantes em

condições de vulnerabilidades socioeconômicas nos cursos de graduação.

Naquele momento e até um longo período na história desse país, “as universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes” (Santo *apud* FONAPRACE, 2012, p. 47 e 48). Dito de outro modo, a assistência estudantil era desenvolvida de forma pontual, optativa e restritiva com pouca relevância à agenda da gestão pública, e conseqüentemente no repasse de recursos públicos para seu investimento.

Conquanto, o debate e a defesa de uma institucionalização política da assistência estudantil se deram mais no tempo presente, pós-Constituição Federal de 1988, adquirindo mais expressão no movimento real de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Foram se aprofundando as discussões sobre a temática da Assistência Estudantil em espaços coletivos, por meio de representantes de movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento da Casa de Estudantes e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE).

Tais movimentos conseguiram fortalecer o debate e articulações, em meados da década de 1980, que culminaram na abertura de espaço à assistência estudantil na agenda das políticas sociais e educacionais, pós-Constituição Federal de 1988.

A assistência estudantil foi fruto, portanto, de toda luta conjunta dos sujeitos coletivos da comunidade acadêmica: estudantes, profissionais e gestores da Assistência Estudantil, na corrida pela regulamentação, não sucateamento e por mais investimentos na área. Como pode ser observado nos relatos apresentados pela Revista Comemorativa 25 anos FONAPRACE:

Ainda segundo Leonel e Carmen, várias reuniões ocorreram com a União Nacional de Estudantes – UNE, com Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs das Universidades e também com a Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE. Os universitários perceberam que o FONAPRACE lutava pelas mesmas reivindicações em relação ao espaço e o fortalecimento da AE. “Assistência estudantil: uma questão de investimento”. Esta frase passou a ser uma espécie de bandeira do FONAPRACE para que se firmasse a AE como uma importante e fundamental ferramenta no processo ensino-aprendizagem (FONAPRACE, 2012, p.21).

Em meio a esse contexto de lutas, reivindicações e ampliação da visibilidade e do papel da Assistência Estudantil, o FONAPRACE desenvolveu um trabalho de realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos/as graduandos/as das IFES, a partir do ano de 1996, com intuito de investigar e conhecer a realidade social de seus discentes e como importante instrumento para a defesa da priorização de investimentos para a permanência dos alunos/as em situações de vulnerabilidades socioeconômicas.

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade

social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras? (ANDIFES, 2018, p. 02).

Em vista da efetivação da Assistência Estudantil enquanto instrumento de uma política pública (a política educacional), a promoção dos debates, pesquisas e empenho de esforços dos sujeitos sociais e da comunidade acadêmica das IFES, é que no ano de 2007 alcança-se o reconhecimento e aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que, posteriormente, veio a ser regulamentado por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS), e após modificações chega-se a sua atual versão no ano de 2010, promulgado pelo então presidente Lula do Partido dos Trabalhadores (PT).

O MEC, considerando a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no ensino superior, instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este foi um grande marco na história do FONAPRACE. Uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum (FONAPRACE, 2012, p. 31).

Nesse sentido, investimentos financeiros foram realizados pelo Governo Federal e repassados às Universidades para que pudessem gerenciá-los, corroborando com a autonomia universitária e para um melhor emprego dos recursos na efetivação da permanência de discentes pertencentes a famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômicas. Faz-se oportuno aqui apresentar um pequeno histórico do repasse do financiamento público destinado ao atendimento da demanda da Assistência Estudantil nos últimos anos:

A partir de 2013, as universidades e Cefets ou financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se do PNAES. Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018 (ANDIFES, 2018, p. 03).

Pode-se considerar que os investimentos realizados coadunam com o cenário político e econômico ao qual perpassavam as políticas sociais no país, que tiveram incrementos durante os governos dos presidentes representantes do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma, 2003 – 2016), que desenvolveram políticas públicas pautadas no atendimento ao social, mas que não desviavam a obediência aos pressupostos neoliberais, seguidos da queda do financiamento, a partir de 2016, período de impasses na política nacional, que culminou no Golpe Parlamentar-Midiático-Jurídico da Presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, levando o Brasil nos anos seguintes ao verdadeiro recrudescimento da crise econômico-política.

Enfatiza-se que nesse período subsequente ao golpe, o ritmo e a priorização de investimentos em políticas públicas educacionais e sociais são diretamente atingidos pelos impasses e exigências da lógica de acumulação do mercado capitalista, demonstrando seu caráter secundário, terciário, ou seja, de menor importância para a elite política e econômica brasileira.

Analisa-se, desse modo, que o processo histórico de reconhecimento e regulamentação da Assistência Estudantil, como política essencial para a diminuição das desigualdades sociais no ensino superior, ocorreu em meio ao projeto político-econômico hegemônico de viés neoliberal, seguindo orientações do Banco Mundial (BM).

Deveriam ampliar o acesso ao ensino superior, principalmente nos países de economia periférica, para melhor qualificação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do grande capital, e não somente como meio de qualificação, formação e ampliação de conhecimentos aos cidadãos das classes subalternas. “Ou seja, fica claro o duplo objetivo: formar força de trabalho qualificada de acordo com as necessidades do modelo de acumulação e, ao mesmo tempo, buscar coesão social, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior, mesmo que menos qualificadas” (Cislaghi & Silva, 2012, p. 495).

A realidade que configura a Assistência Estudantil nas IFES, nesse momento histórico contemporâneo, pode ser compreendida a partir do exposto pelos autores Cislaghi e Silva (2012, p. 503):

[...] algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte e Bolsa Permanência. Bolsas que diferem das acadêmicas pela sua característica eminentemente assistencial e focalizada. Essa lógica tira do debate a universalização da assistência estudantil por meio de ações como a ampliação de infraestrutura (moradia, restaurantes) das universidades associadas à ampliação de direitos, como o passe livre para estudantes universitários no transporte público, por exemplo.

Compreende-se que a operacionalização do PNAES, por meio do mero repasse financeiro direto aos estudantes, não contemplam as singularidades de cada sujeito e as diversidades regionais de cada instituição, não favorece o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil de maneira ampla e universal, como requer a totalidade das expressões da questão social que envolve os/as estudantes atendidos/as e os/as que não conseguem ser atendidos/as pela Assistência Estudantil, por questões como a escassez de recursos financeiros, materiais e humanos.

Nesse contexto, as IFES de maneira isoladas e apenas procedendo com a concessão de auxílios financeiros, voltados para sanar demandas imediatas, não conseguiram efetivar a Assistência Estudantil como ação de política pública, pois, o atendimento a indivíduos pertencentes a classes menos favorecidas pressupõe análises que exijam um trato multidisciplinar e interinstitucional, já que as políticas públicas são a única forma de acesso do/a trabalhador/a à riqueza socialmente produzida. Ou, o que se tende é a perpetuação

do ciclo de dependência econômica e social desses estudantes.

Nesse sentido, pensar as singularidades em que a Assistência Estudantil está permeada não a faz ser apenas uma problemática da política de educação de nível superior, mas um espaço de trabalho de toda rede socioassistencial, sobretudo, do/a Assistente Social.

A Assistência Estudantil, portanto, configura-se no âmbito das políticas públicas, especificamente, da educação superior, na perspectiva de garantir o atendimento às necessidades básicas dos/as estudantes por meio de ações que favoreçam a proteção social, com intuito de promover o acesso, viabilizar a permanência e prevenir retenções e evasões dos/as acadêmicos/as das IFES.

Dessa forma, as ações da Assistência Estudantil devem ser pautadas considerando as diversas necessidades que permeiam a condição de sobrevivência e de permanência dos/as discentes nas universidades, que vão além da situação financeira, e que é agravada por fatores, como: dificuldade em adquirir material didático; baixo rendimento escolar; necessidade de cuidados com a saúde mental e física; dificuldades com transportes públicos para as universidades; necessidade de alimentação saudável; pouca experiência e oportunidades para adentrar ao mercado de trabalho; dentre outros.

Diante dessa análise sócio-histórica de consolidação da Assistência Estudantil, enquanto parte constitutiva da política educacional no Brasil, em específico, a política de educação superior, podemos afirmar que o trabalho dos/as diversos/as profissionais, dentre eles, os/as Assistentes Sociais, no âmbito dessa realidade, só é possível por meio do entendimento de um trabalho multidisciplinar. E, no caso do Serviço Social, é necessário o entendimento de sua instrumentalidade profissional enriquecida na racionalidade crítico-dialética, a qual é embebida na cultura crítica profissional, própria do atual projeto ético-político, como veremos a seguir.

### **3 | LIMITES E POSSIBILIDADES DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FEDERAL NO BRASIL**

Como já apresentado anteriormente, o trabalho dos/as diversos/as profissionais no âmbito da Assistência Estudantil federal é permeado de possibilidades, mas também de desafios cotidianos neste espaço educacional. Isso não está restrito apenas aos recursos financeiros e/ou humanos, mas ao próprio fazer profissional e suas variadas determinações. Nesse ponto, no âmbito do trabalho dos/as Assistentes Sociais, destacaremos aqui, algumas questões que entendemos serem fundamentais para problematizar a relação entre instrumentalidade e o trabalho desses profissionais na Assistência Estudantil Federal.

Essa relação torna-se ainda mais importante, visto que, com a continuidade das lutas por uma Assistência Estudantil ainda mais estrutural, foi sancionada a Lei nº 14.914/24 que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil, deixando de ser um programa

e tornando-se política de Estado. A mudança de programa para política, em um primeiro momento, parece ser quase uma continuidade, contudo, entendemos que esse movimento representa mais uma concretização de direitos e também um marcador para que as instituições de ensino federal, gestores/as e demais profissionais entendam a dimensão dessa política para a vida de milhares de estudantes, podendo assim reforçar cada vez mais sua necessária universalização.

Voltando ao tema, a instrumentalidade profissional ainda gera na categoria de Assistentes Sociais certo ruído pela multiplicidade de entendimentos que ela carrega.

Existe um ranço histórico que confunde instrumentalidade e instrumentais técnicos do trabalho profissional, não apenas pela semântica das palavras, mas pelo seu real significado prático para a profissão. Guerra (2014) afirma que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas, mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. Estar dado que o entendimento da instrumentalidade ensejada na racionalidade crítico-dialética supera a compreensão que a vincula apenas aos instrumentos e/ou técnicas.

É possível perceber sua relação com as necessidades sociais, metamorfoseadas em demandas institucionais, a relação com a instituição e também com a própria profissão, colocando ao profissional a necessidade de transformá-las em demandas sócioprofissionais. Assim sendo,

[...] infere-se que é necessário ultrapassar o nível de mera “ferramenta”, de mera profissão presa em seus muros internos e institucionais, é necessário avançar e ultrapassar essas concepções, pois, para que seja possível materializar os objetivos do projeto ético-político, é necessário empreender uma prática profissional que seja reflexiva, questionadora, propositiva, criativa e crítica, que tenha como horizonte a transformação social e a superação do sistema do grande capital em sua integralidade (Corrent, 2022, p. 10).

O trabalho pautado no atual projeto ético-político da profissão é condição vital para uma intervenção guiada nos termos almejados pela categoria e que o horizonte dessas ações não pare na simples solução das demandas que aparecem no cotidiano institucional, mas com os desafios da atualidade – avanço do conservadorismo, intensificação do neoliberalismo e suas repercussões para o mundo do trabalho e políticas públicas, por exemplo – somos levados a pensar que existe uma impossibilidade dessa articulação no plano prático e cotidiano, fazendo da falaciosa frase “*na prática, a teoria é outra*” ganhar um eco um tanto indesejado.

Contudo, como bem sinaliza Matos (2015, p. 685), “se efetivamente internalizarmos os valores do projeto ético-político, que são emancipatórios, daremos respostas emancipatórias para a ‘dureza’ do dia a dia”. Logo, podemos inferir que esses valores devem ser internalizados ainda na formação profissional, para que nos desafios da prática eles continuem sendo o caminho para a nossa instrumentalidade.

Na ausência dessa competência intelectual, que requer reflexão, estudo, pesquisa e domínio de informações sobre a realidade, ganham projeção técnica a avaliação e o julgamento dos resultados da ação que, quase sempre, recaem na constatação da impossibilidade de utilização da teoria social crítica, de inspiração marxiana, para tratar os fenômenos singulares e contemporâneos. Isso porque na teoria marxiana alguns leitores desavisados procuram inspiração para orientar ou instrumentalizar imediatamente as demandas cotidianas (Mota, 2014, p. 701).

A pressão diária em responder o que se apresenta da forma mais imediata possível faz os/as profissionais ficarem presos/as aos limites institucionais, sem nenhum tipo de problematização real das múltiplas expressões da questão social que permeiam tal demanda. Por isso, a instrumentalidade é confundida com o manuseio dos instrumentos e técnicas de trabalho, dando a aparência de desvinculação da profissão com a realidade e, por conseguinte, relegando aos usuários insuficiente atendimento de suas necessidades sociais. Assim sendo,

[...] o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (Iamamoto, 2014, p. 611).

É interessante perceber o esforço de algumas das nossas principais referências em chamar atenção para a importância do/a profissional manter-se firme nos pressupostos do projeto da profissão hegemônico e a necessidade de superação do que se apresenta no cotidiano, e para que isso aconteça, o fortalecimento da instrumentalidade é condição *sine qua non*.

Todo esse debate acontece dentro também de uma das políticas públicas, a política educacional, que mais foi alvo de intensos debates e que a luta de projetos antagônicos nunca foi tão explícita como nos últimos anos. Gadotti (2000) afirma que o traço mais original da educação desse século é o deslocamento do enfoque do individual para o social, para o político e para o ideológico, logo, tornou-se permanente e social, e assim ela não é neutra.

Contudo, existe um retrocesso sendo permanentemente alimentado no seio da sociedade de que alguns posicionamentos, principalmente, os que trazem uma reflexão sobre temas relacionados à questão de gênero e étnico-racial, seriam uma forma de doutrinação e por isso, projetos como “Escola sem partido”, *homeschooling* e o ataque à autonomia das universidades e institutos federais foram bandeira de governo da gestão Jair Bolsonaro (2019 - 2022), questão tão fundamentais em pensar o trabalho profissional junto aos estudantes usuários da Assistência Estudantil.

Essa tentativa de neutralidade impactou significativamente o trabalho do/a

Assistente Social, que dentro de suas funções nas instituições federais de ensino – caráter pedagógico - tem esse constante contato com os/as discentes, desenvolvendo ações e projetos que envolvem diversos aspectos da vida em sociedade, ultrapassando a visão de que a profissão é responsável apenas pelo gerenciamento do recurso das “bolsas” e auxílio estudantis.

As requisições institucionais são distintas, e nas instituições empregadoras prioriza-se o trabalho burocrático, as demandas pragmáticas, as respostas imediatas, com o preenchimento de muitas planilhas pré-elaboradas, em base de tecnologias de informáticas e comunicação, sobrepondo à atuação rotineira do trabalho técnico ao trabalho técnico-criativo, no qual os plantões, as visitas domiciliares, os pareceres socioeconômicos de acesso a benefícios, sob o viés institucional, acabam por se sobrepor às atividades educativas, já que cada vez mais se exigem parâmetros elevados de produtividade, dentre muitas outras requisições (Lima Sobrinho, 2024, p. 12).

Em razão disso fica evidente a importância de entender a instrumentalidade como mediação, para que o/a profissional consiga realizar a ultrapassagem dessa rotina de respostas imediatas, carente de esforço teórico-metodológico, próprio da “captura” da subjetividade profissional.

O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe das/os trabalhadoras/es assalariadas/os. O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, e sua racionalidade adjacente (Lima Sobrinho *et al*, 2023).

Quando esses traços se mesclam aos ditames do ideário gerencial, com o abandono da razão e/ou forjados numa racionalidade abstrata-formal e/ou instrumental, a tendência profissional é a de utilização de técnicas e instrumentos profissionais que mobilizem o campo da subjetividade e passivação do/a trabalhador/a e de si própria, como conceber que “na prática a teoria é outra”; assumir as diretrizes da instituição e das políticas sociais como respostas profissionais sem a interlocução com os fundamentos do projeto ético-político profissional; a reprodução de tendências conservadoras da dimensão ético-política. Convergem, portanto, num caminho perene à “captura” da subjetividade profissional e das/os usuárias/os (Lima Sobrinho *et al*, 2023, p. 10-11).

Reforça-se assim o perigo que é para os/as Assistentes Sociais das instituições de ensino da rede federal ter no horizonte da Assistência Estudantil apenas a manutenção das seleções de participação nos diversos programas preconizados por essa (alimentação, transporte, moradia, entre outros) seu principal trabalho nas universidades e institutos federais.

Pelo contrário, entendemos que a instrumentalidade deve fazer parte da ação cotidiana do/a profissional e para que isso aconteça, entre outras, a utilização de instrumentos/técnicas são parte fundamental, desde que elaboradas e implementadas

em conformidade, não apenas com as regras institucionais, mas como defendido aqui, com o projeto ético-político da profissão. Destacamos para exemplificar, entendendo que não iremos aqui esgotar todas as possibilidades, a indispensável elaboração do projeto de trabalho, que:

[...] não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais (Couto, 2009, p. 4).

Percebemos a dimensão apurada de um projeto de trabalho e como ele integra a perspectiva da instrumentalidade em todos os aspectos do trabalho profissional. Outra ação que julgamos ser imperiosa para o trabalho - além dos limites institucionais e que também exige do/a profissional trato para dialogar com os diversos níveis hierárquicos - é o conhecimento e devida apropriação do orçamento referente à Assistência Estudantil. Esse é um instrumental fundamental para que as ações sejam pensadas, adicionadas ao projeto de trabalho, publicizadas e implementadas, acontecendo, concomitantemente, a articulação com o corpo discente por meio de suas entidades representativas.

Não restam dúvidas dos desafios impostos pela dinâmica do real e que isso afeta o trabalho dos/as Assistentes Sociais em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, mas é imperativo não perder de vista, conforme sinaliza Corrent (2022), que para que seja possível transformar o imediatismo inerente ao cotidiano, e assim romper com as ações meramente instrumentais, é necessário que seja empreendida uma reflexão da instrumentalidade como uma mediação, e essa reflexão deve compreender os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos de toda e qualquer situação apresentada ao Serviço Social.

A Assistência Estudantil desenvolve relevante papel no acesso, permanência e conclusão do ensino superior de milhares de estudantes, não apenas em seu recorte financeiro, mas por permitir a criação de uma estrutura nas instituições, com diversos programas. Já no que tange a composição de equipes multiprofissionais, o Serviço Social é considerado uma profissão essencial para implementação desse programa.

Sendo assim, as demandas para os/as Assistentes Sociais são as mais diversas, pois estas não estão restritas apenas ao âmbito da instituição, a exemplo: a necessária articulação com as demais políticas como Assistência Social e Saúde; trabalho com as famílias; estudo social para acesso aos programas, entre outros. Isso nos faz inferir que existe uma constante exigência para que o/a profissional se mantenha atualizado/a, em permanente estado de formação, pois assim poderá ter mais repertório para uma intervenção pautada no projeto ético-político. Ou seja, sem empreender esses esforços a atuação profissional dos/as Assistentes Sociais tende a ser reduzida ao mero nível

instrumental, típico do projeto burguês de sociedade (Corrent, 2022).

[...] diante dessa realidade um tanto adversa à cultura crítica profissional, as assistentes sociais são desafiadas a recriar o seu trabalho, considerando a contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expresso na prestação de serviços sociais de qualidade, a partir das políticas públicas, na sua dimensão educativa, que incide na cultura das classes subalternas, nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo assim a dimensão coletiva das lutas sociais (Lima Sobrinho, 2024, p. 15).

Todo esse debate sobre a importância do/a Assistente Social conhecer e aprofundar a instrumentalidade inerente à profissão deve ser contínuo e fazer parte dos espaços organizativos e acadêmicos do Serviço Social. É necessário priorizar, portanto, esse assunto, pois como vimos, qualquer ação crítica-reflexiva demandará uma intervenção que ultrapasse o imediatismo, a aparência.

Assim sendo, a apreensão do movimento dialético da demanda que se chega ao Serviço Social, se coloca como uma equação *sine qua non* para o acesso de uma instrumentalidade enriquecida, de captura do fenômeno de determinada questão, de forma a indagar e descrever como tal questão em si se manifesta naquela situação, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (Kosik, 1976).

Portanto, não é possível chegar à essência com os desafios vivenciados cotidianamente pelos/as profissionais com uma atuação desvinculada do que é preconizado pelo projeto ético-político. Essa é uma das armadilhas construídas por todas as mudanças que acontecem na atualidade capitalista.

A instrumentalidade, portanto, é mediação, é base para um fazer crítico e alicerçado no compromisso da mudança das condições que impactam a vida de tantas pessoas e que na Assistência Estudantil ganha contornos ainda mais expressivos, já que se refere ao momento de formação e consecutiva alteração da vida socioeconômica, cultural e política de milhares de pessoas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar alguns dos principais pontos que na atualidade permeiam a Política de Assistência Estudantil Federal e o trabalho do/a Assistente social no que se refere a sua instrumentalidade nessa política. O envolvimento desses/as profissionais com essa política não é recente, remonta desde os períodos de luta para a existência de um conjunto de ações que garantisse a permanência e conclusão de estudantes em condição de vulnerabilidade social, sempre em conjunto com os demais movimentos: estudantil, servidores da educação e sociedade civil organizada.

A recente mudança de programa para política, representou mais um importante passo para o fortalecimento da Assistência Estudantil, pois ganhando *status* de política de Estado

deixa de ser entendida como um “aceno” de Governo, para integrar a estrutura permanente da administração pública federal. Com isso, ganha mais espaço nas discussões referente a orçamento, metas, alocação de recursos humanos, acompanhamento e avaliação de resultados.

Toda essa mudança apresenta mais um desafio para o/a Assistente Social, pois novos objetivos, programas e ações são desenvolvidos com a política, causando impactos para o cotidiano nas instituições e, consecutivamente, na sua rotina de trabalho. Rotina essa que já é perpassada por todos os desafios próprios da dinâmica da realidade em um contexto de agudização da questão social e suas refrações, espraiamento do neoliberalismo e conservadorismo, pressão institucional para rápida resolução das demandas - cada vez mais longe das necessidades sociais - e as mudanças nas relações de trabalho no âmbito do serviço público.

Diante de tudo isso, fica evidente a necessidade de constante processo de formação permanente profissional, principalmente, no que tange a instrumentalidade. Como dito anteriormente, essa é a base para o exercício profissional crítico e alicerçado no projeto ético-político, dando capacidade ao/a Assistente Social de intervir na realidade com mais propriedade dos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, buscando sempre a aproximação para uma intervenção com a tão almejada totalidade.

Portanto, percebemos com essa breve reflexão que o caminho ainda é longo e deve continuar fazendo parte dos nossos espaços de formação e trabalho profissional. A instrumentalidade tem que ser compreendida e efetivada, não entendida como um acessório para ser utilizada quando conveniente, mas é o ponto crucial para qualquer intervenção criticamente direcionada e conceitualmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades Públicas. **Consultoria da Câmara dos Deputados, 2011**. Disponível em: [http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos\\_assistencia\\_andres.pdf?sequence=2](http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andres.pdf?sequence=2) Acesso em: 25 de junho 2020.

FONAPRACE. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. **ANDIFES**. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: [http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos\\_download/Revista\\_Fonaprace\\_25\\_Anos.pdf](http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/galerias/arquivos_download/Revista_Fonaprace_25_Anos.pdf) Acesso em: 14 de abril de 2019.

ANDIFES. **V pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf> acesso em: 11 de julho 2020.

CISLAGHI, J. F. e SILVA, M. T. da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. In: **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012. Disponível em: [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/13025/11380](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13025/11380) Acesso em: 14 de abril de 2019.

CORRENT, Nikolas (org.). A instrumentalidade do serviço social e os processos interventivos na atuação do/da assistente social. In: **Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos**. Itapiranga: Schreiber, 2022.

COUTO, Berenice R. Formulação de Projeto de trabalho Profissional. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS. 2009.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, abril/junho; 14(2):12, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 1. Reedição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

LIMA SOBRINHO, Jodeyson I. de. As diretrizes institucionais como fundamento do trabalho profissional em detrimento da cultura crítica do serviço social: contrassensos que dificultam a incorporação do projeto ético-político profissional. **Revista Observatório de la economia latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.6, p. 01-18. 2024.

LIMA SOBRINHO, Jodeyson I. de; SILVA, Adriana B.; HONORATO, Andreia A. S. A razão instrumental como fundamento da instrumentalidade conservadora no serviço social: Elementos que “capturam” a subjetividade profissional das/dos Assistentes Sociais. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**. XI, 2023. UFMA. Anais eletrônico. Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoid\\_3629\\_36296498e1f989d55.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_3629_36296498e1f989d55.pdf). Acesso em 01 de ago de 2024.

MATOS, Maurílio C. de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2008.

MOTA, Ana E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.